

## Martín-Baró, Abib e Holland às voltas com uma cidadania legítima para as Américas

### Martín-Baró, Abib and Holland around with a legitimate citizenship for the Americas

Kester Carrara<sup>1</sup>

[1] Departamento de Psicologia, Unesp – Campus Bauru | **Título abreviado:** Abib e o debate da cidadania legítima nas Américas | **Endereço para correspondência:** Av. Affonso José Aiello, 14-100, Casa C 09, Condomínio Residencial Villaggio 2. Bauru, SP, CEP 17018 786 | **Email:** kester.carrara@uol.com.br | **doi:** org/10.18761.JADA0330009

**Resumo:** Escritos de J. G. Holland e I. Martín-Baró são examinados por J. A. D Abib sob a perspectiva de suas implicações para ações da Psicologia e, mais especificamente, de uma Análise do Comportamento comprometida eticamente, seja a partir das singularidades de cada abordagem teórica em particular, seja a partir do entorno social examinado pelos dois autores. Resultam dessa investigação reflexiva certas afinidades auspiciosas, guardados os cuidados da linguagem e exemplos próprios das formulações de Holland e Martín-Baró, as quais, cuidadosamente desveladas por Abib, oferecem material relevante a propiciar avanços plausíveis da Análise Comportamental da Cultura e adjacências.

**Palavras-chave:** psicologia da libertação, contracontrole, revolução comportamental, educação da sensibilidade, Análise Comportamental da Cultura.

**Abstract:** Writings by J. G. Holland and I. Martín-Baró are examined by J. A. D Abib from the perspective of their implications for the actions of Psychology and, more specifically, of an ethically committed Behavior Analysis, either from the singularities of each theoretical approach in particular, or from of the social environment examined by the two authors. Certain auspicious affinities result from this reflective investigation, keeping the care of language and examples typical of Holland and Martín-Baró's formulations, which, carefully unveiled by Abib, offer relevant material to provide plausible advances in Behavioral Analysis of Culture and surroundings.

**Keywords:** liberation psychology, countercontrol, behavioral revolution, sensitivity education, Behavioral Analysis of Culture.

Se é que desenvolvi ou adquirir qualquer habilidade para fazer avaliações ou julgamentos éticos, conceituais ou filosóficos no âmbito da ciência e, particularmente, da Análise do Comportamento, desse processo seguramente participaram minhas leituras e contatos com o professor José Antônio Damásio Abib. Em 1995, tendo me informado sobre sua relevante atuação como docente e pesquisador na Universidade Federal de São Carlos, atrevi-me a escrever-lhe a respeito do então recente interesse do Behaviorismo Radical sobre uma possível leitura contextualista-pragmaticista tomada emprestada por nós, comportamentalistas de então, especialmente das reflexões de Stephen Coburn Pepper e sua filosofia estética. Pepper (1942) propusera, no capítulo 10 de seu *World hypotheses*, entre suas distintas “visões cosmogônicas”, uma noção auspiciosa do contextualismo como uma metáfora-raiz para se compreender o mundo. Daí às primeiras especulações sobre uma possível incorporação do “comportamento *no* e *com* o contexto” parecia faltar apenas um passo. O professor Abib, mesmo não me conhecendo, foi muitíssimo gentil com minhas indagações em busca de uma compreensão melhor do contextualismo em geral e seus vínculos com o pragmatismo. De fato, suas cartas, que recebi em 25/10/1995 e 22/02/1996<sup>1</sup> foram não apenas conceitualmente elucidativas, mas constituíram estímulo para que eu pudesse estudar melhor o assunto, fração do qual pude explicitar no meu *Behaviorismo: Crítica e metacrítica* (Carrara, 1998/2005). Depois das cartas tive oportunidade de conhecer pessoalmente Abib, cuja competência pude apreciar em muitos artigos, livros, congressos e conversas pessoais, estreitando nossa sintonia intelectual e nossa amizade.

Nesse ínterim, li diversos textos do professor Abib. Sem exceção apresentam, seja abertamente ou sutilmente, mensagens desafiadoras (como no caso da sua preciosa ideia de educação da sensibilidade) na direção de que nós, analistas do comportamento, fiquemos atentos às filigranas conceituais, éticas, políticas e filosóficas presentes tanto nas demandas sociais que requerem nossa contribuição prática, quanto nas construções teóricas cuja adoção somos rotineiramente tentados a assumir ou a abandonar.

1 Comunicações pessoais no formato de cartas.

Não é diferente em relação ao texto de Abib que escolhi analisar para este conceituado periódico. Dele emanam questões fundamentais para se pensar (ou repensar) as práticas e compromissos da Análise do Comportamento (e da Psicologia, talvez) com as comunidades sociais que consomem seus conceitos e estratégias.

O artigo de J. A. D. Abib foi escrito para a edição especial da *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva* em 2016, que especialmente celebrava a obra de James Holland no que diz respeito ao foco que escolheu para o seu conhecido artigo-libelo *Serão os princípios comportamentais úteis para os revolucionários?*

O professor Abib, entre outras virtudes intelectuais, também é amplamente conhecido pela sua consistência lógica e filosófica, além da capacidade de reunir ideias inovadoras, criativas e inspiradoras, exemplificadas pelo seu brilhante ensaio metafórico apresentado em palestra em 2013, intitulado “Uma visão comportamental do inferno” e, recentemente, publicado em uma nova versão (Abib, 2020).

Como de costume, apresenta-se não menos inspirador e oportuno seu artigo *Cenário de uma revolução psicológica* (Abib, 2016), onde vislumbra compatibilidades entre alguns aspectos das concepções de Ignácio Martín-Baró e da Análise do Comportamento.

Abib sublinha aspectos relevantes da teoria da libertação como vista por Martín-Baró a partir de duas republicações do autor (Martín-Baró, 1996, 2006), nascido espanhol em 1942, tornado padre jesuíta em 1959 e assassinado em 1989, após carreira acadêmica densa e militância política em El Salvador não menos.

Em sua extensa obra, Martín-Baró é reconhecido por características de um engajamento intelectual comprometido com uma Psicologia que busca indagar e responder a questões sociais a partir do escrutínio direto das demandas apresentadas pelas comunidades latino-americanas em que atuou. Nesse sentido, ele perguntava: “Temos tentado delinear a Psicologia educativa a partir do analfabeto, a Psicologia do trabalho a partir do desempregado, a Psicologia clínica a partir do marginalizado?” (Martín-Baró, 1996, p. 228). Nessa dimensão, Martín-Baró revelava uma lucidez excruciante ao desvelar a prioridade imanente à sua proposta

de uma Psicologia a um só tempo revolucionária e libertadora das populações latino-americanas. Desenvolvia uma análise das relações entre cidadãos e Estado que priorizava as necessidades mais prementes da população, cujas demandas deveriam ser ouvidas e atendidas, em detrimento do habitual sentido inverso adotado pelos mandatários das políticas de governo.

Depreende-se ainda, dos escritos de Martín-Baró (1996, 2006) examinados por Abib, a explicitação da ideia de tomar partido das populações oprimidas, em contraposição às opressões da classe dirigente, de modo que, no mais das vezes, o que deveria mudar não seriam os pleitos e direitos sociais da classe trabalhadora, mas as políticas sociais a elas impostas pelas categorias dirigentes. A implicação dessa postura é o desenvolvimento e consolidação de uma Psicologia a um só tempo libertadora e revolucionária. *Libertadora* no sentido de que qualquer intervenção psicológica deveria primar pela oitiva primeira dos próprios cidadãos em face das políticas mandatárias da classe dirigente. *Revolucionária* no sentido de proporcionar condições para mudanças radicais nas políticas sociais, porém num processo permeado pela educação cidadã que se pode obter mediante uma revolução pacífica e instrumentalmente estabelecida, talvez como as propostas de ação democrática de que se ocupava J. G. Holland (1974, 1978a), no ápice do momento político cubano, nesse caso viabilizando tornar os princípios behavioristas “úteis para os revolucionários”.

Via de regra, mesmo em dicionários e enciclopédias, a noção de revolução nos leva a crer tratar-se de uma ação que inclui violência e destruição de objetos, estruturas e seres humanos que acabam por serem abandonados à própria sorte. Mas também é possível falar em revolução num sentido mais brando em relação à destruição do cenário de mudanças. E isso sem entender que possa ser menos radical uma revolução conceitual, uma revolução de planos e ações políticas, uma revolução tão radical e ao mesmo tempo pacífica, que possa levar as comunidades envolvidas a transformarem suas próprias vidas – as suas e as de comunidades inteiras – a se transformarem em relação a comportamentos e práticas culturais que não sejam deletérias para a humanidade. Deve ser disso que se

necessita falar quando se envolvem as comunidades acadêmicas, científicas e de militância política em ações que pretendem modificar o mundo tornando-o acolhedor e sensível seletivamente a relações interpessoais não tóxicas, transparentes, assertivas (mas não agressivas), pragmáticas (mas não dogmáticas), solidárias e compartilhantes da melhor justiça social.

Logo se nota que, não obstante as particularidades da formação acadêmica distinta de Holland, Martín-Baró e Abib, emergem promissoras suas respectivas soluções em busca de uma compartilhada, por assim dizer, “Psicologia” legitimamente emancipadora, libertadora e, ao mesmo tempo, tão pacifista quanto revolucionária, revelando a possibilidade de remanejamento de estratégias pautadas na violência em troca de ações dialógicas consequenciadoras positivas de perfis sociais igualitários e solidários.

Holland foi um dos primeiros e mais icônicos analistas do comportamento a defender, ao menos, a moderação de qualquer iniciativa de empoderamento da direita capitalista conservadora, mediante eventual utilização de princípios comportamentais para a dominação político-ideológica de comunidades sociais inteiras. Analista do comportamento com formação sólida nos princípios fundamentais do behaviorismo, Holland sensibilizou-se com a causa política cubana sob Fidel Castro. Além do questionamento já aqui citado no texto sobre a aplicabilidade de princípios do comportamento, o autor ocupou-se de apoiar as causas populares do movimento revolucionário cubano, como transparece no seu *To Cuba with the Venceremos Brigade* (Holland, 1978a) e também em *Behaviorism: Part of the problem or part of the solution?* (Holland, 1978b).

Os textos de Holland contrariam justamente a crítica de uma suposta alienação inerente e iminente à Análise do Comportamento quanto a temas e dilemas políticos e filosóficos. É como Holland (2016) resume essas questões em seu último texto, *Análise do Comportamento e valores humanos positivos*.

É curioso, paralelamente, como as reflexões filosóficas fazem resvalar, umas nas outras, as cogitações conceituais que, à primeira vista, pareceriam teoricamente improváveis. Vindas por caminhos

bastante diversos, mas quase entre si adversos, se por um lado Holland indaga sobre a possível utilidade de princípios comportamentais para revolucionários, Martín-Baró não mais indaga, pelos caminhos de sua Psicologia revolucionária, mas afirma com segurança que a militância nas trilhas de uma educação comprometida com o avanço político da sociedade se encaminha inevitavelmente para a constituição ou reconstituição livre e progressista das comunidades da *latino-américa*.

Sensível a essas similitudes, mas também em caminho intelectual próprio, que em algum tempo de sua carreira abriu fronteiras para a valiosa noção de educação da sensibilidade, J. A. D Abib enriquece ética e ideologicamente o debate sobre em que medida, de fato, seria possível fazer avançar a consolidação de soluções para os projetos culturais e políticos, em especial para as comunidades latino-americanas.

Esse é justamente o ponto de encontro no qual cremos possível o diálogo entre mediações teóricas e abordagens distintas e aparentemente incompatíveis. Trata-se, justamente, do ponto em que nos defrontamos com linguagens diferentes, conceitos aparentemente esquivos à compatibilidade e a suposição de que as conclusões de um tal diálogo inevitavelmente levassem, por um idioma surdo e coletivamente inacessível, à dicotomização inevitável entre segmentos tão ricos em conteúdo e pobres em tolerância mútua. Tendo lido algo desses três autores e acompanhado as reflexões de Abib, entendo ser possível aqui comentar alguns possíveis desdobramentos úteis para o avanço de políticas públicas, sejam de governo ou de estado, que no cenário intelectual corrente da Análise Comportamental da Cultura podem contribuir para o avanço e consolidação das sociedades americanas e latino-americanas mais entre si equilibradas em suas dimensões político-econômicas e nas instâncias mais profundas de convivência solidária e justa.

Quando Abib analisa criticamente os textos de Martín-Baró, é notório o justo destaque que oferece a certas questões. Sob o clima tenso vivido em El Salvador, que chegava ao extremo de acenar com apoio aos atos de perseguição aos jesuítas em geral, representando um movimento a um só tempo de intolerância e crueldade para com a ideia da liberdade de expressão e escolha político-ideológica,

insurgiram-se lideranças sob Martín-Baró, que faz refletir em inúmeros textos ao longo de sua extensa carreira acadêmica, trechos que remetem a postulados lúcidos sobre as liberdades justas e transparentes então reivindicadas por numerosas comunidades latino-americanas.

Ao selecionar alguns desses trechos da obra de Martín-Baró, Abib nos proporciona a possibilidade de concatenar certas reflexões sobre liberdade, governo, estado e ética que podem ser igualmente pensados por aqueles que, simpatizantes das razões conceituais da Análise do Comportamento, também possam verticalizar suas reflexões sobre o alcance dessa ciência para além de sua dimensão pragmática da viabilização da instalação, modulação de padrões funcionais e dimensões topográficas e, para além desse poder sobre a funcionalidade comportamental, ocupar-se do emprego de sua competência técnica em favor de dimensões éticas que ensejem a emancipação política e a prevalência de condutas solidárias, igualitárias e de justiça social.

Senão, vejamos o que destaca Abib em sua interpretação madura da psicologia social de Martín-Baró. Um trecho a considerar poderia ser: “trata-se de uma psicologia revolucionária em um sentido específico da palavra revolução que examinaremos mais tarde” (Abib, 2016, p. 28). De fato, essa noção virá quando o autor assinala que “uma psicologia revolucionária no contexto latino-americano pressupõe uma epistemologia entrelaçada com uma ética e uma política comprometidas com a libertação desses povos” (p. 30). Em outros termos, trata-se de que a Psicologia, confrontando-se com o sistemático sufocamento das iniciativas libertadoras, sejam no âmbito local, nacional ou, especialmente, internacional no caso da América Latina, deve, necessariamente, tomar partido; deve fazer escolhas e sua escolha, seu partido, não pode reduzir-se e nem igualar-se a uma sigla político-eleitoral, mas a uma escolha abrangente e caracterizada pela ética do contracontrole, no sentido de oferecer resistência ao enraizamento de práticas culturais que desdenham das escolhas democráticas e buscam uma sociedade verdadeiramente compartilhadora. Na leitura de Abib, entende-se possível elaborar ainda mais esse cenário assinalando que a psicologia da libertação e a análise do comportamento são psicologias da liberda-

de, se tomadas com referência às suas respectivas escolhas éticas comprometidas com o bem-estar individual e coletivo. Basta, portanto, que seu uso se comprometa com essas finalidades.

Os embates entre alguns governos e outras agências de controle têm ensejado conflitos que não contribuem para a noção de libertação popular em relação a óticas que, eventualmente, mesmo tendo começado pelas ações de lideranças autodenominadas revolucionárias, acabam por seguir adiante mediante estratagemas pouco humanamente justificáveis, tal como tem sido noticiado (agosto de 2022) em relação ao fechamento de emissoras católicas de rádio, proibição de procissões, prisão do bispo de Mategalpa e eventos similares no interior da Nicarágua, o que aumenta o isolamento internacional do país.

Como se pode ver, as denúncias de Martín-Baró extrapolam as cercanias de El Salvador, alcançam outras fronteiras latino-americanas e, seguramente, se aplicam a diversos outros tipos de organização social autoritárias e controladoras das mais singelas condutas sociais.

É fato que se tornaria seguramente inviável cogitar que a Psicologia, como apenas uma das ciências, pudesse, de pronto, oferecer soluções de curto prazo para minorar o sofrimento de muitas pessoas ao redor do mundo. Por certo, outras disciplinas carregam consigo diferentes contribuições, talvez aparentemente mais auspiciosas no sentido de reformular as políticas públicas ao redor do planeta. No entanto, a Psicologia supostamente trata de desvendar as causas das ações humanas, na mesma direção em que a Análise do Comportamento se ocupa de descrever e modular as consequências que tangem as relações entre comportamento e seu ambiente, nas suas dimensões físicas, químicas, biológicas e sociais. Se se trata de um fato, é necessário verticalizar a concepção de que a Psicologia (e, por consequência, a Análise do Comportamento) é uma profissão de ajuda e, como tal, não pode repassar aos alunos a ideia de um descompromisso social que libere os acadêmicos que forma e especializa para uma escolha que pode ser tão ingênua quanto intencional de intervenção nos destinos da sociedade.

Portanto, é provável que a resposta à indagação central de Holland sobre se seriam úteis para os revolucionários as filosofias behavioristas e os acha-

dos científicos é indiscutivelmente positiva, não apenas porque os principais achados de Skinner e colaboradores justamente corroboram a possibilidade de se modelar novos comportamentos e condicionar consequências positivas a novos padrões comportamentais, mas porque parece possível e irrenunciável a formulação de cursos de graduação e pós-graduação que explicitem desde logo o destino e os compromissos éticos dos conteúdos que ensinam a cada qual dos novos discípulos acadêmicos. A Psicologia é, indubitavelmente, uma profissão de ajuda. Nesse sentido, não parece aceitável a formação de novos profissionais que possam, sob quaisquer toscas justificativas, escolher livremente as finalidades às quais se destinam os conhecimentos recém-adquiridos, mesmo porque, se assim fosse, usos e abusos inaceitáveis poderiam se tornar práticas legalmente sancionadas, o que, convenhamos, não parece ser a finalidade a que se destina uma profissão de ajuda. Os juramentos dos formandos, os códigos de ética profissional, os direitos prescritos pela constituição federal e mesmo os projetos de atividade aplicada devem constituir panos de fundo consistentes a compor o cenário da formação profissional. É nesse cenário que devem tomar forma e se tornar promissores para as melhores práticas culturais as escolhas éticas que se nos oferecem.

Muitas aplicações, muitas metas, muitos projetos podem ser viabilizados no entorno ou como consequência de uma sólida formação em Análise do Comportamento, de modo que desenvolver projetos de intervenção – os chamados delineamentos culturais – implica um partido, no sentido de escolha ética, que beneficie equitativamente as populações a que se destinam. Dentre tais projetos, destacam-se dois que poderiam ser nomeados como projetos para o desenvolvimento de altruísmo e projetos para o desenvolvimento de uma sócio-sustentabilidade (Kester, 2018). Tais projetos responderiam com serenidade às demandas sociais, mas nem por isso se afastando do conceito de revolução comportamental, uma vez que certamente requereriam e, ao mesmo tempo, produziriam, sob mediação comportamentalista, mudanças verticais no cenário político, econômico e social das comunidades conhecidas.

Em outras palavras, parece que instalar, de modo planejado, um repertório altruísta, é algo possível. O altruísta cuidaria “carinhosamente” do

ambiente em função de consequências para seu próprio comportamento. Tais consequências, de fato, não estão “num outro mundo”, impalpável e transcendente, e não estão num futuro prometido (indulgências). O altruísta, evidentemente, não “nasce” altruísta. Nem “desenvolve” um traço altruísta já latente. O que o faz tornar-se e manter-se altruísta? De fato, contingências sistematicamente estabelecidas. Se as consequências controlarem objetivamente, ponto a ponto, os comportamentos altruístas que auguram sustentabilidade social e ambiental, ensinar as pessoas a se interessarem e adotarem comportamentos solidários constituiria uma meta não apenas relevante, mas revolucionária e dirigida à libertação de populações que perecem sob os auspícios de outras posturas comportamentais, seguramente aquelas que confrontam a sustentabilidade ambiental e, não menos a sustentabilidade social. Se, por um lado, a sustentabilidade ambiental implica entregarmos para as próximas gerações um ambiente físico preservado e capaz de receber novas vidas em condições dignas de sobrevivência, também devemos nos preocupar com a sócio-sustentabilidade, que diz respeito a legarmos às pessoas do futuro certos princípios ético-morais que se não estão ainda e de todo instalados em nossos repertórios – como, de resto e verdadeiramente, não estão – precisam esmerar-se em constituir princípios de convivência social que exijam respeito, cooperação, justiça social e solidariedade.

Nesse cenário, apesar das dificuldades de comparação (entre Holland e Martín-Baró) em virtude de histórias distintas sob análise, Abib (2016) encontra uma interpretação bastante pertinente. A saber:

O ideário de liberdade da psicologia da libertação envolve *liberdade de* mecanismos opressores e da falsa consciência e *liberdade para* realizar as virtudes populares e se envolver com novas ações e com uma crítica sobre si e sobre o mundo. O ideário de liberdade da análise do comportamento envolve *liberdade de* controle aversivo e de controle pelo reforço positivo com consequências aversivas a médio e longo prazo, e *liberdade para* realizar os valores de uma sociedade socialista e exercer o contracontrole com respeito ao controle aversivo e ao controle pelo reforço positivo. (p. 36)

Seguindo com a comparação, Abib (2016) assinala que:

A fonte dos valores acolhidos por Martín-Baró (1986/2006) encontra-se na cultura popular, nas tradições e virtudes populares; e a fonte de Holland (1974) encontra-se no ideário de uma sociedade socialista. São duas psicologias comprometidas com uma revolução não-violenta cujo radicalismo consiste em voltar-se para o futuro sob a luz da contracultura. (p. 36)

Por outro lado, uma “aventura” atual (de pesquisa e reflexões) contingencialista poderia contribuir para esclarecer quais as consequências a serem utilizadas. Carecemos de sugestões para fazer melhorar nossa capacidade de trabalhar transformações que garantam, menos que um mundo melhor, ao menos condições básicas e decentes de sobrevivência digna para as novas gerações. Afinal, como já registrara Skinner (1978):

Estamos começando a nos interessar seriamente pelo futuro. Como se pode induzir as pessoas a se comportarem de forma que cuidem do futuro? Existem processos comportamentais pertinentes, porém somente um planejamento mais cuidadoso nos habilitará a usá-los para resolver nossos problemas. (p. 9)

## Referências

- Abib, J. A. D. (2016). Cenário de uma revolução psicológica. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp), 27-39. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.842>
- Abib, J. A. D. (2020). A idade de ouro. In J. A. D. Abib (Org.), *Papéis dispersos* (pp. 25-30). CRV.
- Carrara, K. (2005). *Behaviorismo radical: Crítica e metacrítica*. Editora UNESP. (Trabalho original publicado em 1998).
- Carrara, K. (2018). Altruísmo, preservação e conservação ambiental: Contribuições para uma aventura contingencialista. In D. Zilio (Org.), *Comportamento em foco 8: Práticas culturais, sociedade e políticas públicas* (pp. 71-85). ABPMC.
- Holland, J. G. (1974). Are behavioral principles for revolutionaries? In F. S. Keller & E. R. Iñesta (Orgs.), *Behavior modification: Applications to education* (pp. 195-208). Academic Press.
- Holland, J. G. (1978a). To Cuba with the Venceremos Brigade. *Behaviorists for Social Action Journal*, 1, 21-28. <https://doi.org/10.1007/BF03406116>
- Holland, J. G. (1978b). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavioral Analysis*, 11(1), 163-174. <https://doi.org/10.1901%2Fjaba.1978.11-163>
- Holland, J. G. (2016). Behavior Analysis and positive human values. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp), 11-18. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.859>
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002> (Trabalho original publicado em 1985)
- Martín-Baró, I. (2006). Hacia una psicología de la liberación. *Psicología sin Fronteras: Revista Electrónica de Intervención Psicosocial Y Psicología Comunitaria*, 1(2), 7-14. <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2652421.pdf> (Trabalho original publicado em 1986).
- Pepper, S. C. (1942). *World hypotheses: Prolegomena to systematic philosophy and a complete survey of metaphysics*. University of California Press.
- Skinner, B. F. (1978). *Reflections on Behaviorism and Society*. Prentice-Hall.

### Histórico do Artigo

Data do Convite: 10/08/2022

Recebido em: 06/12/2022